

# Os desafios do ministro Marcílio

*O combate à inflação deve ser gradual, com um plano voltado ao desenvolvimento*

*Carta*  
CARLOS A. NOGUEIRA DE PAULA

Conciliar os objetivos estabelecidos pelo presidente ao ministro Marcílio não nos parece uma tarefa fácil. Na oportunidade da posse, Collor estabeleceu quatro prioridades: continuar perseguindo a estabilização, promover a retomada do desenvolvimento, caminhar na direção da economia de livre mercado e dar o maior grau possível de abertura à economia.

No que pese o fato de a abertura da economia estar coerente com o livre mercado, as medidas necessárias à contenção da inflação são incompatíveis com a retomada do desenvolvimento.

Durante o seu primeiro ano de governo, o presidente priorizou a luta pela estabilização, tornando-a como condição básica para a retomada do desenvolvimento. Aprofundar esta luta seria correr o risco de provocar a ruptura de nosso tecido social.

Por estas razões entendo que o combate à inflação deverá ser efetuado de forma gradual e conciliado com um programa que conduza efetivamente o País na direção do desenvolvimento econômico.

Para obter as condições de um crescimento auto-sustentado faz-se necessário atingir as seguintes metas:

■ Promover um acordo da dívida externa de longo prazo

zo, exequível, de modo a devolver a credibilidade perdida junto ao mercado internacional. A importância de se recuperar a credibilidade é que nenhum programa de desenvolvimento pode prescindir da poupança externa.

■ Conseguir um ajuste fiscal de forma a devolver ao Estado a capacidade de investimento. Qualquer programa de desenvolvimento pressupõe o Estado arcando com os custos de infra-estrutura e a sociedade com os investimentos produtivos.

■ Fortalecer o mercado interno, recuperando o nível real dos salários e aumentando a massa salarial com reingresso à atividade dos milhões de brasileiros desempregados pelo Plano Collor 1.

■ Ajustar a taxa de juros de forma a estimular os investimentos produtivos e permitir, efetivamente, a implantação do programa de produtividade e qualidade.

Independentemente da habilidade política que o ministro possui, mais importante que conciliar objetivos tão antagônicos é, realmente, manter uma política estável, que devolva a confiança e a capacidade empresarial dos agentes econômicos.

Dessa forma, o sucesso do programa dependerá, entre outros, da sua condução, da certeza da sua execução e da habilidade da implantação

gradual do mesmo.

Assim sendo e considerando as metas a serem traçadas, podemos fazer as seguintes previsões de ação de política econômica que deverão ser adotadas pela atual equipe:

■ Política monetária: estabelecer uma taxa de juros que não estimule o consumo, mas, também, que não iniba o investimento. Utilizar a taxa de juros como contracíclica a todo movimento de preços por pressão da demanda (permanecer o tempo todo atento às reações de mercado). A política monetária será o instrumento principal na obtenção da estabilização.

■ Política fiscal: apresentar ao Congresso projeto de reforma tributária que estime o recolhimento de impostos e acelerar sua aprovação, recuperando já em 1992 a capacidade de investimento do Estado. Acelerar o programa de privatização.

■ Política de rendas: manter o controle de preços sobre os setores monopolistas e oligopolistas de forma a adotar uma política gradual de redução da inflação, sem a necessidade de uma política monetária excessivamente austera.

Manter a política de livre negociação salarial. Indicar níveis de recomposição mínimos, principalmente para as categorias que possuem menor capacidade de pressão,

de modo a obter uma gradual elevação do nível de renda.

■ Política cambial: ajustar a desfasagem cambial de forma gradual, a fim de não pressionar os níveis de inflação em demasia, mantendo, porém, os saldos positivos da balança comercial viabilizando as exportações durante a fase de reaquecimento.

■ Política industrial: manter, estimular e divulgar o programa de produtividade e qualidade. Conscientizar a classe empresarial da necessidade de estimular a competitividade. Induzir os empresários a investirem em capacitação tecnológica. Começar a mudar a mentalidade produtiva, fazer o Brasil entrar na era da excelência.

■ Política exterior: promover um acordo de longo prazo da dívida externa, exequível e, principalmente, cumpri-lo. Promover abertura gradual da economia.

Em síntese, estas são as nossas previsões e expectativas sobre as ações a serem conduzidas pela atual equipe, que com habilidade e conhecimento poderá devolver uma imagem de credibilidade e confiança ao governo.

Esperamos, sinceramente, que as lições do passado tenham sido aprendidas pelo presidente.

■ Carlos Alberto Nogueira de Paula é diretor da OPC-RJ/SP